

A tríade influenciadora dos espaços residuais: duas perspectivas¹

Karina Martins de Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Contato: karinams05@hotmail.com

RESUMO

Este artigo trata sobre a relação dos espaços residuais urbanos com o urbanismo de fragmentação, através da tríade: funcionalidade, visibilidade e densidade técnica. Tendo em vista que a funcionalidade e a visibilidade urbana presentes na tríade são inerentes ao próprio conceito de espaço residual, o terceiro item — a densidade técnica — pode ser considerado como um impulsionador desses espaços. Este estudo também considera a possibilidade da funcionalidade, da visibilidade e da densidade técnica serem aplicadas pelo poder público, como ações que trabalhem os espaços residuais e o urbanismo de fragmentação. O artigo em questão não vislumbra gerar respostas assertivas para a relação da tríade como algo positivo ou negativo para os espaços residuais. Ao invés disso, pretende abrir caminho para a discussão sobre este tema no âmbito acadêmico e profissional.

Palavras-chave: Funcionalidade; Visibilidade Urbana; Densidade Técnica; Espaço Residual; Urbanismo de Fragmentação.

ABSTRACT

This paper deals with the relationship between urban residual spaces and fragmentation urbanism, through the triad: functionality, visibility and technical density. Given that the functionality and the urban visibility present in the triad are inherent to the concept of residual space, the third item — technical density — can be considered as a booster of these spaces. This study also considers the possibility of functionality, visibility and technical density being applied by the public authorities, as actions that work the residual spaces and the fragmentation urbanism. This paper does not gleam to generate assertive responses to the relationship of the triad as something positive or negative for residual spaces. Instead, it intends to open the way for the discussion about this topic in the academic and professional spheres.

Key words: Functionality; Urban visibility; Technical Density; Residual Space; Fragmentation Urbanism.

1. Apresentação

As cidades atuais possuem diversos problemas que devem ser analisados com maior atenção, dentre eles os espaços residuais, considerados, neste trabalho, como espaços pertencentes a determinado contexto urbano, ainda que, grande parte esteja excluída da dinâmica da cidade e possua na sua origem um impasse entre visibilidade urbana e funcionalidade.

Chega-se a essa definição através de uma análise de conceitos correlatos. Esses são utilizados em diferentes momentos por variados autores para nomear espaços que encontram-se aparentemente “abandonados” dentro da dinâmica urbana. Por ser um assunto ainda pouco explorado no meio acadêmico/profissional e abordado somente nas últimas três décadas, as definições dadas aos mesmos variam de acordo com o conceito como:

Espaço colateral e a sua relação de pertencimento/exclusão da dinâmica da cidade:

Espaços que descendem e habitam a mesma modernidade da qual são perpetuamente excluídos... Re-desenhos das relações entre sujeitos e ambiente... Espaços que são iniciativas deliberadas, sedimentadas na observação do presente e do próximo... Espaços que são empreendimentos colaborativos “armados” como incorporações solidárias, produções autônomas e não solicitadas... Espaços que não têm proprietário porque não se trata de propriedade particular mas de interesse público... Espaços que nascem pontuais mas são raciocínios sistêmicos. (CANÇADO, 2008, p.13-15)

Vazio urbano e a questão da funcionalidade:

[...] terrenos e edificações desafetados (não utilizados), subutilizados, desocupados (não ocupados) ou desestabilizados, localizados em terrenos consolidados e infraestruturados que passaram, ou estão passando, por um processo de esvaziamento, o vazio esvaziado. (BORDE, 2006, p.13)

Interstício urbano e o não edificado:

Em arquitetura, por analogia, usamos o conceito de interstício para designar o espaço não edificado resultante da disposição e agregação dos edifícios. (GUERREIRO, 2008, p. 2)

Espaço-lixo e a alteração no modo de ver determinados espaços devido às modificações geradas pela modernização:

Se o lixo espacial são os resíduos humanos que conspurcam o universo, o espaço-lixo é o resíduo que a Humanidade deixa sobre o planeta. O produto construído (...) da modernização (...) é (...) o espaço-lixo. (...) é o que resta depois da modernização seguir o seu curso, ou mais concretamente o que se coagula enquanto a modernização está em marcha, o seu resíduo. (...) os verbos que começam por (re)produzem espaço-lixo... (KOOLHAS, 2010, P. 69, 91)

Terrain vague e a falta de funcionalidade e o não pertencimento à dinâmica urbana:

São lugares aparentemente esquecidos, onde parece predominar a memória do passado sobre o presente. São lugares obsoletos nos que somente certos valores residuais parecem se manter apesar de sua completa desafeição da atividade da cidade. São, em definitiva, lugares externos, estranhos, que ficam fora dos circuitos, das estruturas produtivas... São suas bordas carentes de uma incorporação eficaz, são ilhas interiores esvaziadas de atividade, são olvidos e restos que permanecem fora da dinâmica urbana. Convertendo-se em áreas simplesmente des-habitadas, in-seguras, im-produtivas. (SOLÀ-MORALES, 2002, p. 188)

Estes locais vistos, muitas vezes, como “sobras” da urbanização, estão cada vez mais presentes nas cidades contemporâneas; podem ser, por exemplo, muros que criam barreiras, áreas abandonadas embaixo de viadutos e espaços públicos sem manutenção ou sem investimento por autoridades governamentais.

Surge dessa relação dos espaços residuais com as cidades atuais, a importância de estudar esses espaços, tanto a partir da identificação do seu passado visando compreender o presente, como através da identificação de atitudes que possam vir a ser tomadas no futuro. Ou seja, é essencial pensar nas suas origens e nas possíveis formas de trabalhá-los dentro do urbanismo de fragmentação, tão presente atualmente.

Este trabalho apoia-se nas obras “*Geopolítica de La Ciudad: poder y control de los espacios urbanos*”, de Clemente Herrero Fabregat e “*A Cidade que se Avizi-*

nha e o Urbanismo Possível”, de Manuel Herce Vallejo, e nos capítulos “*O Cotidiano*” e “*A Técnica*” do livro “*Seis Modos de Ver a Cidade*”, de Tadeu de Alencar Arrais, como embasamento teórico para discussão sobre o tema; juntamente com o suporte de demais livros e artigos científicos que possam vir a suportar conceitos abordados no trabalho.

2. A origem dos espaços residuais

O surgimento dos espaços residuais se deu de diversas formas, como através do advento das camadas urbanas no decorrer da história e do abandono de espaços antes utilizados, que foram esquecidos pela sociedade, em razão da ideia existente de que o espaço público não pertence a ninguém (PEREIRA, 2011).

O espaço público na cidade contemporânea perdeu o seu caráter de pertencer a todos, as ruas têm se tornado vazias de encontros e abarrotadas de automóveis; o foco, a cada dia que passa, é mais nos locais voltados para dentro de si mesmos e com barreiras físicas e sociais.

Além disso, os espaços residuais surgiram também como consequência de obras de grande infraestrutura e em razão dos vazios urbanos terem sido tratados com pouco-caso por parte dos arquitetos e urbanistas, durante a rápida expansão do transporte e da mobilidade, no período do crescimento veloz e desordenado da urbe e de sua população.

Nessa perspectiva, conforme Hall (2016), a razão do zoneamento do uso do solo e da dispersão urbana foi o processo modernista orientado à organização espacial focada no automóvel e à suburbanização.

A sociedade de consumo também causou a remodelação das cidades, aspirando por uma melhor circulação de produtos. A escala da cidade se transfor-

ma da escala humana para a escala das mercadorias (FABREGAT, 2013).

Isso tudo foi determinante para produzir espaços de terra ociosa que são ou possuem potencial para se tornarem espaços livres residuais. Ademais, de acordo com Ascher (2010), a cidade construída apresenta dificuldade em andar em paralelo com as constantes e repentinas transformações da sociedade, no atual mundo tecnológico e do conhecimento, produzindo problemáticas urbanas, como esses espaços.

3. Urbanismo de Fragmentação

O urbanismo de fragmentação encontra-se cada vez mais presente nas cidades contemporâneas. Ele pode ser compreendido, neste trabalho, como as formas das ações infraestruturais urbanas se tornarem um instrumento discriminador espacial e social, isto é, como elas podem se colocar em função da construção de um modelo territorial fragmentado e desigual. Esse fato pode ser encarado como fruto de uma visão capitalista globalizada que trata a cidade como mercadoria, acentuada por um processo de dispersão e desregulamentação urbana, onde há a renúncia de unidade da paisagem urbana.

Isso fica nítido, no discurso de Vallejo (2015), quando o autor cita que:

A grande crise da atualidade começou quando o conceito de atividade econômica produtiva foi transferido à atividade financeira especulativa. Aí instalou o seu poder esse setor financeiro-construtor, para o qual qualquer obstáculo aos seus projetos de intervenção no território é um freio ao desenvolvimento econômico e social. (VALLEJO, 2015, p.293)

A globalização possibilitou que o espaço urbano mundial fosse controlado por empresas multinacionais e essas instituições precisam dos serviços tecnológicos para terem o seu controle urbano e social (FABREGAT, 2013).

Arrais (2017) também aborda esse assunto, quando cita a técnica sendo utilizada nas cidades como redes invisíveis de infraestrutura. Essas redes acabam sendo naturalizadas como pertencentes às cidades, o que, juntamente com a sua invisibilidade, cria uma forma de alienação técnica; ou seja, quem controla as redes, acaba por controlar a cidade.

Como consequência disso, as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) converteram o espaço urbano fragmentado mundialmente em um espaço único, controlado por estreitos vínculos econômicos, políticos e sociais, que é nomeado como o ciberespaço. Apesar disso, o espaço físico vivenciado dentro das cidades ainda continua fragmentado (FABREGAT, 2013).

Pode-se notar que o urbanismo de fragmentação está ligado a sensação de finitude e que as ações infraestruturais têm sido utilizadas, muitas vezes, como medidas corretivas, sempre lidando com o caos (VALLEJO, 2015). Porém, estas deveriam estar a serviço da construção de um determinado modelo de território, reduzindo impactos futuros.

A própria dispersão urbana de nossas cidades gera espaços fragmentados, que podem ser considerados, em muitos casos, espaços residuais. Eles podem ser formados tanto pela fragmentação física quanto pela de serviços urbanos.

4. Tríade Influenciadora

A tríade tratada neste trabalho tem relação com o surgimento ou fortalecimento dos espaços residuais

e as formas de tratamento dos mesmos. Estes espaços, como já citado, possuem na sua origem um impasse entre a funcionalidade e a visibilidade urbana. Por último, um dos principais impulsionadores desses espaços e que será aqui abordado, é a densidade técnica. Esses fatores interferem entre si e, em diversos momentos, encontram-se conectados aos espaços residuais.

4.1 Influência da tríade no surgimento e no fortalecimento dos espaços residuais

4.1.1 Funcionalidade

A cidade mostra-se como um núcleo potencializador da economia e, alguns poderes que possuem alta influência na organização do espaço da urbe, por conseguinte, podem agir nos espaços residuais.

Dentre eles, estão os diferentes grupos do crime organizado que têm enorme influência em uma das poucas formas de utilização / subutilização desses espaços e, “atuam em interstícios dos diferentes espaços segregados da cidade, que constituem uma espécie de guetos segundo a classe social que os habita” (FABREGAT, 2013, p.299).

Algumas redes de crime organizado acabam controlando determinadas zonas urbanas, pois elas têm o poder de propiciar a entrada de certos grupos sociais nesses espaços e expulsar outros. Isso faz com que as pessoas tenham esses espaços, o que os reforça como espaços não-utilizados: “Os medos produzidos pela sociedade influenciam sobremaneira as formas contemporâneas de deslocamento e ocupação do espaço urbano. Também são componentes da valorização imobiliária.” (ARRAIS, 2017, p. 139).

Essa situação de poder do espaço público pelo crime organizado é facilitada pela liberação econômica e redução do Estado, por meio da privatização de empresas públicas.

Segundo o pensamento de Fabregat (2013), o poder público, ciente dessa situação de domínio do crime organizado, tende a se aproveitar disso. Quando lhe convém, intervém nas áreas residuais que se dedicam a essas atividades voltadas para o crime organizado, sob o pretexto organizador do espaço urbano. No entanto, ele visa uma política especulativa, principalmente, de áreas centrais.

Refletindo sobre o contexto brasileiro, nota-se que alguns espaços livres residuais estão inseridos na categoria de propriedades fundiárias subutilizadas ou vazias, que não se apresentam disponíveis ao urbanismo, pois podem desempenhar a função de “reserva” para estratégia de obtenção de renda da terra nas cidades.

Nesse sentido, o sistema de espaços residuais — apropriando-se do pensamento de Zanotelli e Ferreira (2014) sobre o sistema de vazios urbanos — cria dois problemas principais.

O primeiro é de ordem econômica, onde os proprietários desses terrenos aspiram conquistar maior renda da terra. O segundo é de ordem política, pois possibilita a emergência de alianças entre o poder público e os proprietários fundiários privados que pretendem transformar esses locais em áreas construíveis.

Na maioria das vezes, os proprietários fundiários visam utilizar o capital público e privado investido em certas áreas, por meio “de construções de caráter mais estável e permanente, como estradas, pontes e edifícios, que tendem a valorizar as terras nos espaços urbanos” (ZANOTELLI; FERREIRA, 2014, p. 38). Assim, asseguram o lucro com essa terra incrementada via capital incorporado, que, em muitos casos, não lhes custou nada.

Os casos apresentados demonstram como os espaços residuais podem ser deixados intencionalmente, pelo

poder privado e/ou público, para serem subutilizados ou para ficarem sem apropriação pela população. Isso tudo tendo em vista uma futura especulação imobiliária ou determinados fins públicos.

Analisando os fatos, é possível compreender que os espaços residuais podem possuir a sua origem no seu tipo de função, ou na falta dela, dentro da cidade. A atividade exercida no espaço, pode torná-lo um espaço residual perante à sociedade, principalmente, se for uma atividade vista como marginal e/ou realizada por um grupo de indivíduos considerados marginais.

4.1.2 Visibilidade urbana

A imagem geral da cidade tem sua origem nas relações que os indivíduos constroem com os fragmentos da mesma, cada um do seu jeito, inseridas no cotidiano. “Em certa medida, a história da cidade pode ser contada a partir das mutações no espaço público” (ARRAIS, 2017, p. 135). A dialética existente entre tensão e contemplação a respeito das formas urbanas é que revela o cotidiano da cidade.

O urbanismo contemporâneo, com origem nos princípios difundidos na Carta de Atenas, tenta impor formas de os indivíduos viverem e, assim, moldar o cotidiano. Contudo, isso não é possível, pois o autor apresenta: “Eis a melhor lição do cotidiano: funcionaliza, constantemente, as formas pretéritas, exigindo adaptação constante” (ARRAIS, 2017, p. 109). Os modos de vida das pessoas vivem em contínua mutação, do mesmo jeito que os espaços urbanos e o ponto de vista das pessoas perante a eles.

Portanto, as imagens que os espaços residuais transmitem são fundamentais para a vida cotidiana dos cidadãos, bem como, as imagens produzidas por cada indivíduo podem tornar espaços visíveis ou

invisíveis. Constatase que há, assim, uma relação retroalimentadora que reforça a existência dos espaços residuais. Estes tornam-se, geralmente, invisíveis para grande parte da população.

Nesse contexto, constatase que os espaços residuais não surgem somente devido a alterações espaciais, pois observa-se que esses espaços podem ser gerados por transformações nas formas da sociedade visualizar e interagir com eles. Desse modo, eles podem ser compreendidos como espaços inerentes ao momento atual, pois são formados por relações existentes nos dias atuais.

Um bom exemplo são os espaços residuais subutilizados para atividades ilícitas, que estão “localizados nas zonas mais pobres da cidade, constituindo sua periferia social e até espacial” (FABREGAT, 2013, p. 301). Eles têm a sua invisibilidade reforçada perante a sociedade, devido a essa sua função e a sua localização em áreas de classes sociais mais carentes.

4.1.3 Densidade técnica

O urbanismo de fragmentação mostra-se como fortalecedor da existência dos espaços residuais e propulsor da segregação socioespacial, através de investimentos tecnológicos, empreendidos por políticas públicas urbanas ou pelo capital privado em serviços urbanos, em certas áreas da urbe. Essa questão torna-se nítida, através das zonas voltadas apenas para ricos ou para pobres, como um urbanismo direcionado para quem detém o poder no contexto da sociedade capitalista (FABREGAT, 2013).

Em um diálogo entre ideias de Arrais (2017) e Vallejo (2015), destaca-se como as diferentes densidades técnicas, através da distribuição das redes de infraestrutura, podem ser vistas como esse instrumento

discriminador social e espacial. A densidade técnica viabiliza às mercadorias, ideias e pessoas circularem com eficiência, sendo essa eficiência sustentada pela fluidez do capital. Por isso, os investimentos em novas redes de infraestrutura, dão origem a áreas com melhor acesso aos serviços urbanos que, consequentemente, desvalorizam as áreas sem os mesmos.

A segregação social gerou diferentes espaços públicos, como os espaços centrais, mais carregados pela representação dos poderes; os espaços de bairros periféricos, com gigantescas necessidades; e os espaços entre os dois, que são, frequentemente, privatizados para apropriação pelas classes dominantes (VALLEJO, 2015).

Os espaços de periferia são, normalmente, dependentes dos locais centrais, e são considerados somente espaços de passagem da infraestrutura que atende essas mesmas áreas centrais. Só que essas infraestruturas geram terrenos residuais.

Encontram-se, também, nas áreas urbanas, “infraestruturas que reduzem o impacto ambiental de certos serviços urbanos, mas que encarecem igualmente o custo de exploração” (VALLEJO, 2015, p. 294). Esse fato aumenta o custo pago pelas pessoas e, dessa forma, acaba por selecionar quem terá acesso à infraestrutura, gerando essa desigualdade sócioterritorial.

Além disso, há uma tendência, baseada na privatização dos serviços urbanos, de restringir o fornecimento de certos serviços, principalmente os ligados aos recursos limitados, ao número de usuários que pode pagar por eles.

Por isso, é importante utilizar a infraestrutura aplicada aos serviços urbanos, mas de forma a não aumentar o valor pago pelas pessoas, visando manter uma equidade social (VALLEJO, 2015).

Os diferentes gradientes de valor do território citados acima, podem ser mais um dos impulsionadores da existência dos espaços residuais, que estão, em muitos casos, situados em áreas pouco servidas de serviços urbanos e, por isso não são atrativas, ou outras vezes, em áreas muito bem servidas e, por esse motivo, caras para acesso da maior parte da população. Como já abordado, as últimas acabam sendo utilizadas pelo capital público ou privado como reserva para futura especulação.

4.2 Influência da tríade nas ações do poder público para os espaços residuais

4.2.1 Funcionalidade

Os fragmentos das cidades contemporâneas — dentre eles podemos inserir os espaços residuais — podem ser compreendidos como pertencentes a um sistema aberto, suscetíveis “à experimentação enquanto materiais urbanos” (SECCHI, 2015, p. 167). É necessária uma “maior articulação da sociedade, da economia e do projeto da cidade” (SECCHI, 2015, p. 155). Vale ressaltar que os dispositivos projetuais devem ser diferentes para locais com necessidades distintas, mas que devem possuir um projeto conceitualmente unitário.

A situação já apresentada sobre as diversas formas de especulação dos espaços residuais, através da sua subutilização ou não utilização devido a sua funcionalidade urbana, são facilitadas pelo Estado. Por isso e por ser um dos poderes que controlam as cidades, de acordo com Fabregat (2013), o poder público pode ser capaz de converter essa situação negativa em algo positivo.

Ao invés de estimular, ou mesmo fazer uso, da especulação nesses locais, o poder público pode utili-

zar esses espaços como materiais de experimentação (SECCHI, 2015). Dessa forma, mantém a flexibilidade e a transitoriedade de função desses espaços, conectando-os com o ritmo das mutações sofridas nas cidades atuais.

Além disso, visando evitar a especulação privada em determinados casos de espaços residuais e retomar a influência sob o uso desses espaços, de forma a transformá-los em espaços de convivência social, o governo poderia reduzir a privatização dos serviços públicos urbanos e reduzir a liberação econômica.

4.2.2 Visibilidade Urbana

É interessante ressaltar que algumas pessoas vão contra à identidade do espaço residual como um espaço de invisibilidade urbana. Para elas, esses espaços podem ser considerados como algo novo que pode vir a surgir e a refletir a cultura local. Precisa-se vislumbrar que também há oportunidades de trabalhar os espaços residuais através da sua própria essência: trabalhar esse lado “positivo” visto pelas pessoas.

Transformá-los em espaços sem qualquer caráter individual permanente, significa possuir sempre algo novo e transitório, um fazer criativo; posto que, toda a paisagem urbana vive em transformação e para alcançar o objetivo de vitalidade nesses ambientes, não deve ser diferente. Formas de urbanismo tático têm sido utilizadas para esses espaços, deixando uma marca no local e fazendo com que este seja valorizado de uma forma dinâmica, com participação social e maior visibilidade urbana.

As atividades a serem implantadas nesses espaços devem ser, profundamente, analisadas *a priori*, visando verificar quais podem gerar maior visibilidade. “Cada atividade conforma uma espacialidade específica,

permitindo o maior ou menor grau de visibilidade.” (ARRAIS, 2017, p. 136). As que são relacionadas ao lazer possuem importância singular. Devido a isso, um possível uso dado aos espaços residuais deve ter relação com o lazer público, que seja acessível ao maior número de indivíduos possível. Ressalta-se que é preciso lembrar da importância de focar nas especificidades locais em cada situação.

4.2.3 Densidade Técnica

Como já mencionado, as cidades contemporâneas encontram-se integradas ao mundo, mas com densidades técnicas variadas e disseminação diferencial no espaço, o que pode resultar na consolidação dos espaços residuais. Por isso, é necessário um conjunto de práticas que não somente valorizem o espaço, mas que facilitem a reprodução da vida cotidiana urbana (ARRAIS, 2017).

A disseminação diferencial da técnica nos espaços das cidades pode ser mitigada pela própria técnica. O seu uso adequado pode ser aplicado visando facilitar a vida dos cidadãos. Assim sendo, os espaços residuais devem ser, corretamente, infraestruturados pelo poder público, almejando alcançar esse objetivo. Faz-se necessária uma condensação que facilite as relações através de uma ligação das atividades, não se referindo mais à proximidade física (VALLEJO, 2015).

Antes de mais nada, é preciso entender o que são exatamente essas técnicas. Neste trabalho, elas são consideradas “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2006, p. 16). As redes técnicas têm o poder de criar centralidades, que são pontos privilegiados no território. Dessa forma, o valor crescente das redes de

infraestruturas como meios de organização do território é reforçado.

A relação da técnica com a formação dos espaços urbanos faz com que esta possa ser aplicada também positivamente nos espaços residuais, transformando-os em locais de interação social e vitalidade, pois as oportunidades de condensação das relações e integração social que o urbanismo requer estão compreendidas nas infraestruturas.

Entretanto, para alcançar tal objetivo, o urbanismo deve se apoiar no tripé: “o acesso universal aos serviços urbanos, a disponibilidade de um espaço público de qualidade e a sustentabilidade dos assentamentos urbanos.” (VALLEJO, 2015, p. 306). Imagina-se um novo urbanismo adaptável à realidade mutante das cidades, que esteja relacionado à equidade social e à sustentabilidade territorial.

Pode-se observar isso a partir da análise sobre o surgimento de infraestruturas, que deve acarretar, também, o aparecimento de novas ferramentas urbanísticas para regulamentação. O poder público precisa manter-se alinhado às mudanças nas tecnologias.

Além disso, precisa-se pensar nos diferentes níveis de serviço e gradualismo, o que representa pensar na urbanização para ser concluída no futuro, através de um triângulo virtuoso da urbanização, composto pela eficiência, poupança e suficiência (VALLEJO, 2015).

Deste modo, os espaços residuais necessitam ser tratados como parte de um sistema maior que é formado por toda a área urbana. Deve-se pensar que o grande desafio social e ambiental é reconduzir os processos de desagregação urbana, aglutinando a dispersão: gerar centralidades na dispersão, trabalhando as espe-

cificidades das áreas periféricas (VALLEJO, 2015). Isso pode ser realizado por meio da correta aplicação e distribuição de infraestruturas, que reduzam a probabilidade da existência de espaços residuais.

5. Considerações Finais

O trabalho apresentou que a tríade — funcionalidade, visibilidade urbana e densidade técnica — é intrínseca à existência dos espaços residuais. Ela é capaz de transformar espaços urbanos nesses resíduos, ou até, de favorecer o fortalecimento dos mesmos, principalmente, por meio do urbanismo de fragmentação.

Não obstante, as reflexões acima proporcionam compreender também o papel benéfico que essa tríade pode dispor na conformação do sistema de espaços da cidade contemporânea. Na intenção de incorporar os espaços residuais à dinâmica da cidade, o poder público tem a possibilidade de manipular os elementos da tríade dentro da estrutura urbana. Isto é, se bem aplicados, esses elementos servem como meios norteadores de ações que trabalham os espaços residuais.

Dessa forma, a discussão apresentada ressalta potencialidades da tríade na inserção dos espaços residuais na dinâmica urbana, tecendo possíveis conexões com atitudes por parte do poder público.

É importante considerar que o presente trabalho tratou de um estudo inicial sobre a relação dos elementos da tríade com esses espaços e, muito ainda deve ser discutido sobre o assunto, para que sejam obtidas conclusões precisas. Mesmo assim, esse artigo instiga um novo olhar perante a relação dos espaços residuais com a dinâmica urbana e propicia sugestões para estudos futuros.

Notas de fim:

1. Artigo subsidiado pela dissertação em curso da mes-tranda Karina Martins de Souza.

Referências Bibliográficas

ARRAIS, T. *Seis Modos de Ver a Cidade*. Goiânia: Cànone Editorial, 2017.

ASCHER, F. *Os Novos Princípios do Urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BORDE, A. *Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas*. 2006. Tese (Doutorado em Urbanismo) — Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CANÇADO, W. et al. *Espaços Colaterais*. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas / ICC, 2008.

FABREGAT, C. *Geopolítica de La Ciudad: poder y control de los espacios urbanos*. In: FERREIRA, A. *Metropolização do espaço: Gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013. p. 283-312.

GUERREIRO, M. *Interstícios urbanos e o conceito de espaço exterior positivo*. Forum Sociológico: Cesnova G.T. mundos sociais, trajectórias e mobilidades, Lisboa, v. 2, n. 18, p.13-19, 2008.

HALL, P. *A cidade à beira da autoestrada*. In: *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. p. 391-462.

KOOLHAAS, R. *Espaço-lixo*. In: *Rem Koolhaas: três textos sobre a cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2010. p.67-111.

PEREIRA, J. *Espaços Residuais Urbanos: Os “Baixios” de Viadutos*. 2011. 263 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Arquitetura, Universidade de Coimbra. Coimbra. 2011.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECCHI, B. *Primeira Lição de Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

SOLÀ-MORALES, I. *Territorios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2003.

VALLEJO, M. *A Cidade que se Avizinha e o Urbanismo Possível: a consciência dos limites, o paradigma da ecologia*. In: HERCE, M. *O negócio da cidade: evolução e perspectivas da cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora LTDA, 2015. p.291-309.

ZANOTELLI, C.; FERREIRA, F. *Espaço urbano e a renda da terra*. GeoTextos, Bahia, v. 10, n. 1, p.35-58, 2014.

